

DANÇA E CULTURA DE PAZ

THAIS JORDÃO

MARCIO RODRIGUERS BAPTISTA

Programa de pós-graduação Strictu Sensu em Ciência da Motricidade Humana
Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro - Brasil
thathajordao@hotmail.com, marciouva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Novos pilares para orientar as políticas de desenvolvimento da paz no século XXI são necessários, e, alguns estudos passaram a mostrar que a educação é uma iniciativa que tende a favorecê-la através de mudanças essenciais (DAMASIO, 2000). Segundo a UNESCO, é mister a adoção de novas formas de pensamento, novos modos de ação, novas modalidades de organização social, pois, dessa maneira, a vida humana em sua totalidade será entendida (WERTHEIN, 2002). Compete, na verdade, a todos a construção de uma dinâmica que propicie a fundamentação da cultura da paz.

No entanto, a construção da paz, de forma alguma, é simples, automático e rápido de ser resolvido. Nesse sentido, é válido reconhecer que em segmentos diversos da vida contemporânea residem potenciais para a promoção da paz, inferindo-se que, além da educação, como preconizam estudos diversos, as artes também podem contribuir ao seu desenvolvimento. Nesse caso, a musicalidade, por exemplo, na dança, no canto, no instrumento, na apreciação, certamente têm muito a contribuir com tal propósito.

Observa-se, sob essa égide, que a dança-educação pode ser encarada como uma forma de expressão do ser humano, percebendo seu valor além de pretender somente o lazer e o entretenimento. Nas escolas, a dança está voltada ao desenvolvimento global do aluno em estreita relação ao favorecimento de estágios de aprendizagens. A dança educativa estimula a alegria de se descobrir, através da exploração do próprio corpo e das qualidades de movimento, o desenvolvimento corporal e cognitivo (DAMASIO, 2000).

Em outros contextos a dança exprime sentimentos e propósitos variados, mas sempre de cunho desenvolvidor e, em sua maioria, atrelado às artes. Neste artigo procura-se contextualizar a relação de possível influência da dança na construção de uma cultura de paz (UESHIBA, 2000).

PAZ: CONCEITOS E DEBATES

Nas tradições greco-romanas, a paz aparece vinculada à divindade da fartura. Já na tradição judaico-cristã, a paz é simbolizada pela pomba, que inclusive é destacada no relato bíblico sobre o dilúvio. A pomba traz em seu bico um ramo, evocando o cumprimento da aliança para a paz entre o homem e a divindade (CERQUEIRA et al, 2007).

Magnóli (2008) considerou o enfoque da paz calcado em acordos entre países interessados em sua priorização. O autor considera que variados e diferentes são os enredos conceituais sobre a paz e prefere ater-se ao ordenamento internacional, proveniente, algumas vezes, de estados de conflitos e guerras e outros procuraram estabelecer limites de poder para que esta fosse garantida. Magnóli (2008) organizou um estudo em que outros autores apresentam considerações sobre concílios religiosos, tratados, acordos, conferências e protocolos que, em âmbito transfronteiriço, procuraram estabelecer critérios que garantam a condição de paz.

No entanto, o conceito de paz evoluiu no decorrer da história da humanidade. Durante muito tempo, esta era somente sinônimo de ausência de guerra. Mas, atualmente, com os alarmantes índices de violência das metrópoles, a paz se transformou em um ideal de vida (SILVA, 2002). Assim, pode-se considerar que a conceituação de paz é algo complexo e deve

ser tratado por vias inter e multidisciplinares, já que abrange contextos variados e segmentos diversos.

Para Galtung (apud SILVA, 2002) a paz pode ser negativa e positiva. “A paz negativa é a ausência de guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade” (GALTUNG apud SILVA, 2002, p.2). Enquanto, “a paz positiva implica na ajuda mútua, educação e interdependência dos povos” (IDEM, IBIDEM). Diante de tais afirmações, pode-se compreender a paz positiva como instrumento de conscientização e construção de uma sociedade pacífica, o que é ratificado nas definições modernas, nas caracterizações e conceituações em dicionários, como, por exemplo, Houaiss (2008):

relação entre pessoas que não estão em conflito; acordo, concórdia; relação tranqüila entre cidadãos; ausência de problemas, de violência; situação de uma nação ou de um Estado que não está em guerra; relação dos países que desfrutam dessa situação; cessação total de hostilidades entre Estados, mediante celebração de tratado; armistício; estado de espírito de uma pessoa que não é perturbada por conflitos ou inquietações; calma, quietude, tranqüilidade; estado característico de um lugar ou de um momento em que não há barulho e/ou agitação; calma, sossego (HOUAISS, 2008).

Nas conceituações do dicionário, como pode ser observado, é salientado o caráter de serenidade e acordos entre povos e indivíduos, residindo nesta premissa o entendimento de outros autores que procuram investigar a paz como fenômeno diretamente relacionado e dependente do homem. Para Brovetto (2002), a paz já foi vinculada aos processos de desenvolvimento, ou seja, era preciso ter condições de se desenvolver para que se alcançasse a condição de paz. Este pressuposto aplicava-se, na maioria das vezes, às Nações, mas também pode ser compreendido na dimensão individual, ou seja, aplicado ao homem que tem condições de evoluir e de desenvolver-se tanto no âmbito pessoal como profissional para então galgar um estado de paz.

Brovetto (2002) também informa que a paz já foi atrelada aos direitos humanos e à democracia, como sendo estes pilares de sustentação a uma situação possível de criar a paz. Prossequindo, o autor destaca que a busca incessante por conceitos e formas de promover a paz já fez com que o homem a entendesse como basicamente associada a não-violência e, assim, um movimento para o desarmamento clamou pela paz. Evidentemente, não se pode deixar de lado o enfoque sobre a ausência de violência constituir-se em embasamento à paz. Entretanto, não basta à resolução de contendas, batalhas e guerras para que se estabeleça a paz. Alguns autores, como Maldonado (1997), defendem-na como decorrente da capacidade de resolução favorável de dificuldades. Nesse caso, a violência seria uma delas, ou seja, uma dificuldade a ser lidada pela sociedade e quando esta fosse capaz de dizimá-la alcançaria a paz. Porém, a mesma autora alerta que a violência, nesse caso, assume aspectos prismático, decompondo-se em adversidades múltiplas, como, por exemplo, uma política econômica e social que coloque em risco a saúde, a educação e o emprego podem representar um ato de violência ou mesmo um fator desencadeante da mesma. Conclamar a solução de dificuldades para obtenção da paz seria, portanto, considerar todas as nuances de complexidades e aflições de um povo, região ou sociedade para então se apossar da dita e pretendida paz.

Na contextualização evolutiva do entendimento sobre o que de fato seria a paz, Brovetto (2002) entende que o ocidente construiu a noção de paz sem perder seu vínculo com um conteúdo político e, de certa forma, intersubjetivo, sendo-lhe ainda atribuída uma condição de progressiva privatização. Dessa maneira, a noção de paz carrega, no senso comum ocidental, algo privado, particular, que somente os indivíduos em sua particularidade conseguem alcançar. Outrossim, alguns teóricos, como Pureza (2001), apontam que, desta forma, a redução da noção de paz aos sentimentos de segurança ou de tranqüilidade acabou por empobrecer seu conceito.

Em uma outra corrente de debates, Brandão (1995) acredita que a paz tem cunho coletivo e não somente individual:

a paz é uma criação do exercício generoso do diálogo entre as pessoas que não pode ser outorgado. Desse modo, é considerado um dever que nos cabe, por quem somos individual e coletivamente responsáveis, seres da sociedade, dos povos e nações da Terra (BRANDÃO, 1995, p. 48).

O autor atribui ao homem a precípua responsabilidade pela determinação da paz. Possivelmente, em uma primeira instância essa paz seria conquistada por iniciativas individuais, para então a partir daí ser conquistada em patamares coletivos. De acordo ainda com Brandão (1995), existem culturas de paz, tendo em vista que, para ele, não existe apenas um tipo de paz, mas sim níveis distintos e casos específicos para a promoção da paz, não sendo viável uma interpretação única e universal do conceito de paz.

Cardoso (2000) socorre o debate ao apontar que diante das diversas problemáticas relacionadas à questão da paz, esta não se resume à resolução, de confrontos militares (guerras) ou conquista de alguns direitos. Para ele, para se entender a paz é preciso enxergá-la como um fenômeno conceitualmente pluridimensional. Assim, nessa linha, defende a existência da paz total compreendida em dimensões distintas: a) interior, alcançada individualmente; b) social, depende do bom relacionamento interpessoal; c) ambiental, pressupõe a harmonia com o meio em que se vive; d) de nações, estabelecida quando não há batalhas militares.

Dessa maneira, no entendimento de Cardoso (2000), a paz não é apenas a inexistência de divergências e conflitos, pois, para o autor, tais fatores fazem parte da diversidade e diferenças que caracterizam as espécies humanas, e são, portanto, intrínsecas ao fenômeno da vida. Em outras palavras, cada indivíduo tem sua peculiaridade, sendo cada ser diferente uns dos outros. Baseado nesse princípio basal é que o autor defende a hipótese de que a paz deve ser assimilada em sentidos subjetivos também e não somente arraigada a atitudes de violência ou de reações humanas.

Seguindo esta mesma linha de estudos, Guimarães (2004) explica que os estudos relacionados à paz avançaram, sobretudo, em sua referência exclusiva à apenas eliminação da guerra e da violência estrutural. Também a corrente que julga a necessidade de implementação de soluções para problemas em curto espaço de tempo para se obter a paz também está sendo deixada de lado. Hoje, já se compreende a especificidade do tema, cujo estudo tem que ser aprofundado. Somente assim, para ele, valores serão revistos e transformados, possibilitando a compreensão da paz em seu sentido amplo.

Por este viés, cabem múltiplas abordagens que procuram alicerçar o desenvolvimento da paz. A educação como base científica à sua produção parece ser um consenso entre profissionais de áreas variadas do conhecimento (DAMASIO, 2000). Quanto o seu relacionamento com as artes, Gandhi em seus ensinamentos relacionados à não-violência, já mencionou uma relação entre arte e paz. Considerou inclusive a paz como uma expressão da arte (NAIR, 2000). Especificamente ligada à dança, também é possível evocar tradições históricas que cultuavam a paz com a prática dançarina, como também a evocavam com este propósito (DE CUNTO e MARTELLI, 2005).

A DANÇA, A ARTE E A PAZ

Dantas (1999) informa que a dança é a mais antiga das artes criadas pelo homem; uma das manifestações artísticas através da qual o ser humano desvenda o próprio corpo, e por meio de uma exploração de movimento, desperta o sentido e desenvolve sensações corporais. Klauss (2005), na mesma linha de abordagem, lembra que esta expressão artística foi utilizada pelos romanos para ilustrar fábulas populares. Também os egípcios praticavam esse ritual para celebrar os deuses, divertir o povo e, ainda, a dança serviu de base para a arte teatral atual.

Algumas modalidades clássicas caracterizam-se por ser atividade que propicia a conscientização corporal, o desenvolvimento harmonioso e consciente dos músculos e da coordenação motora, além de incentivar a criatividade e a auto-estima. Nas danças conhecidas como clássicas, são empregadas técnica, música e atuação, conferindo ao dançarino grande disciplina da mente e do espírito, bem como do corpo, como no exemplo do balé clássico. Este se desenvolve através da transformação da dança primitiva, instintiva, para a elaboração de passos diferentes, de ligações, de gestos de figuras. Há mais de 500 anos surgiu o balé na Itália, onde se estruturou. O primeiro aconteceu em 1489, em comemoração das bodas de Duque de Milão e Isabel de Árgon. Essa dança desenvolveu-se na França.

Os professores de dança percorriam diversos lugares para ensinar as pessoas a dançar em casamento, vitórias em guerra, alianças políticas, etc., pois era os membros da corte que dançavam bem eram admirados. O balé na corte francesa culmina com rei Luiz XIV. Inicialmente, os bailarinos eram homens. Apenas no fim do século XVII, surgiram as mulheres bailarinas. A partir do desenvolvimento da técnica da dança e dos espetáculos profissionais, o balé procurou uma expressão mais verdadeira nos movimentos. Para tal, no final do século XVIII, Noverre, implantou o "Balé de Ação", em que a dança passou a ter uma narrativa, transformando completamente seu estilo. No decorrer de sua trajetória, o balé alterou-se muitas vezes, porque é uma expressão artística (DE CUNTO e MARTELLI, 2005).

Para alguns teóricos, a dança é um caminho, uma "travessia da vida moderna" cheia de êxtase devido ao paradoxo da luta "entre o abandono total da materialidade do movimento e a imobilidade em face de diversidade das possibilidades" (CAMINADA, 1999, p. 82). Sob tal visão importa considerá-la como uma das vias de promoção e estímulo ao desenvolvimento de uma cultura de paz.

Como meio de comunicação, a dança alcança o público em vários níveis sensoriais, principalmente, no visual que pode captar e decifrar as mensagens gestuais e corporais. Porém, a dança não pode ser uma linguagem universal se espectador, como o próprio léxico diz *spec* que vê, depende da visão. Não tendo a visão, sendo portador de cegueira, a mensagem — a dança como um texto — será transmitida, mas não será percebida e nem recebida, logo não será decodificada. Portanto, a dança não pode ser uma linguagem universal.

Contudo, ao se considerar o sentido da vidência, esta pode ser percebida no sentido de transmitir anseios de um determinado grupo, como também refletir uma época histórica, enfim, pode caracterizar-se como transmissora de mensagens.

A dança expressa os temores e desesperanças de cada fase da História, revelando as concordâncias e discordâncias entre o seu discurso e o contexto histórico em que está inserida. Possui nesse sentido, o papel de portadora de realidades e do imaginário do homem, dando visibilidade as suas necessidades (CERBINO, 2001, p. 9).

Utilizada como estratégia de legitimação e existência em várias sociedades, a dança, através de diversos jogos de linguagens, reafirma-se como "jogos de linguagem". Jogos estes usados na preparação de um espetáculo (CERBINO, 2001).

Em uma outra modalidade, como, por exemplo, na dança de salão, são combinados jogos (dança, música e pantomima - mimesis corporal) em uma representação que comporta um enredo suscetível de ser expresso claramente através dos gestos e movimentos. Os dançarinos executam uma seqüência de movimentos bem definidos, em que todos os passos começam e terminam em posições precisas. É um tipo de dança direcionada para um público que aprecia gostos distintos e peculiares que vão desde recordações por tempos idos, como práticas descontraídas e de lazer em ambientes que de certa forma revelam casualidade e informalidade, embora alguns requisitos sejam cumpridos em seu exercício, como também, em alguns casos, haja a recomendação adequada de vestimenta e sapatilhas (ZAMONER, 2005).

É válido considerar que a dança de salão, além da técnica, é, antes de tudo, inspiração poética (AMOEDO, 2002). Este estilo vem sendo popularizado não só com o marketing, mas

também com a cultura de valores relacionados à qualidade de vida e bem-estar cotidiano, além de receber valorização por públicos da terceira idade (ZAMONER, 2005).

CONCLUSÃO

Contemporaneamente existe uma multiplicidade de linhas doutrinárias no entendimento de valores sociais. Entre elas estão as propostas de responsabilidade pela paz. Teóricos procuram contextualizá-la enquanto fenômeno provocado pelo homem e que de corre da ausência da violência. Outros lhe atribuem um caráter holístico. Embora, os dias de hoje evidenciem aspectos individuais em um contexto de acirradas competições, salientam-se, também, questões coletivas e políticas para o desenvolvimento de uma cultura de relações sociais autênticas que valorizem a paz.

A dança foi apresentada neste artigo como uma proposta à reflexão e um novo olhar ao incentivo de uma cultura de paz. Desde sua prática clássica à modalidade conhecida como de salão, acredita-se que sua essencialidade favoreça o desenvolvimento e a manutenção de valores sociais ligados ao relacionamento interpessoal, à cordialidade, à interação com o meio etc. Questões estas que bem compreendidas e assimiladas, certamente, contribuirão à distinção de sentimentos inerentes à procura e alcance da paz. Trata-se da construção e da preservação de modelos fincados em princípios do bem-estar humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOEDO, H. **Dançando com a diferença: a dança inclusiva.** In: SILVA, R. Lições de dança 3. Rio de Janeiro: Universidade Ed., 2002.

BRANDÃO, C. R. **Em campo aberto.** São Paulo: Cortez, 1995.

BROVETTO, J. **O Estado da Paz e a Evolução da Violência.** São Paulo: Editora UNICAMP, 2002.

CAMINADA, E. **História da dança: evolução cultural.** Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

CARDOSO, C. M. **Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre identidade e diversidade cultural; algumas implicações na educação.** Marília: (Tese de Doutorado) UNESP, 2000.

CERBINO, B. **Uma cela pós-moderna.** In: KATZ, H. e GREINER, C. A natureza cultural do corpo. Lições de Dança 3. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2001.

CERQUEIRA, F. V.; GONÇALVES, A. T. M.; VARGAS, A. Z.; SILVA, G. J. NOBRE, C. K. **Guerra e paz no mundo antigo.** Pelotas: Lepaarq, 2007.

DAMASIO, C. **A dança para crianças.** Lições de dança. Rio de Janeiro: 2000.

DANTAS, M. **Dança: o enigma do movimento.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

DE CUNTO, Y.; MARTELLI, S. **A história que se dança: 45 anos do movimento da dança.** Brasília: Lumem Argo, 2005.

GUIMARÃES, M. R. **Um novo mundo é possível.** São Leopoldo: Sinodal, 2004.

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva, 2001, Versão em cd-rom, atualizada em 2008.

- KLAUSS, V. **A dança**. São Paulo: Summus, 2005.
- MAGNÓLI, D. (org). **A história da paz**. São Paulo, Contexto, 2008.
- MALDONADO, M. T. **Os construtores da paz**: caminhos da prevenção da violência. S. Paulo: Moderna, 1997.
- MARQUES, I. A. **Ensino de dança hoje**: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- NAIR, K. **A arte da paz**: lições de Mahatma Gandhi. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PUREZA, J. M. **Para uma cultura de paz**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- SILVA, J. V. A verdadeira paz: desafio do estado democrático. São Paulo **Perspec**, vol 16, nº. 2, abr-jun 2002.
- UESHIBA, M. **A Arte da Paz**. Trad.: Murillo Nunes de Azevedo. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- WERTHEIN, J. **As idéias da UNESCO no Brasil**. Construção e identidade. Brasília: UNESCO, 2002.
- ZAMONER, M. **Dança de salão**, a caminho da licenciatura. Prottexto, 2005.